

Cláusula 8.ª

Obrigaçao do IDP

É obrigação do IDP verificar o exacto desenvolvimento do programa de actividade que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 9.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 10.ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 30 de Junho de 2007.

Cláusula 11.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, este contrato-programa será publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo de círculo, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

19 de Setembro de 2006. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, *Luís Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação de Patinagem de Portugal, *Fernando Elias Claro*.

ANEXO

Enquadramento técnico a participar

Nome	Cargo
Luís António Leandro Sénica	Director técnico nacional.
Nuno Miguel Cordeiro Ferrão	Técnico de apoio à alta competição e selecções nacionais.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública****Aviso n.º 11 728/2006**

1 — Nos termos do n.º 4 do artigo 13.º e da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento do Concurso para Admissão ao Curso de Formação de Agentes da Polícia de Segurança Pública, aprovado pela Portaria n.º 122/2000, de 8 de Março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1387/2004, de 10 de Novembro, torna-se público que a lista dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso externo de constituição de reserva de recrutamento para admissão ao curso de formação de agentes da Polícia de Segurança Pública, para o preenchimento de 1040 lugares de agente provisório, aberto pelo aviso n.º 8216/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 26 de Julho de 2006, encontra-se nos seguintes locais para consulta:

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, Largo da Penha de França, 1, em Lisboa, para todos os candidatos;

Escola Prática de Polícia, Largo das Forças Armadas, em Torres Novas, para todos os candidatos;

Sítio oficial da PSP na Internet, em www.psp.pt, para todos os candidatos;

Comandos Metropolitanos de Lisboa e do Porto, comandos de polícia e regionais, para os candidatos residentes nas respectivas áreas.

2 — Nos termos do n.º 5 do artigo 13.º do Regulamento citado no n.º 1, podem os candidatos admitidos e excluídos interpor recurso

para o director nacional da PSP no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso.

25 de Outubro de 2006. — O Presidente do Júri, *José António Jorge Vaz Antunes*, superintendente.

Inspeção-Geral da Administração Interna**Despacho (extracto) n.º 22 636/2006**

Por despacho do inspector-geral da Administração Interna de 24 de Outubro de 2006, foi nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal (área de biblioteca e documentação) do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Interna Paula Cristina Carvalho Tomás, nos termos dos n.ºs 3 do artigo 4.º e 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2006. — O Subinspector-Geral, *José Vicente Gomes de Almeida*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 22 637/2006**

Nos termos do disposto na alínea *e*) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 45/2006, de 24 de Fevereiro, determino que o conselheiro de embaixada do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Miguel de Mascarenhas de Calheiros Vellozo, a exercer o cargo de director de serviços do Médio Oriente e Magrebe da Direcção-Geral dos Assuntos Bilaterais, seja exonerado dessas funções, com efeitos a 21 de Agosto, e nomeado director de serviços do Cerimonial e Deslocações do Protocolo do Estado.

O presente despacho produz efeitos a partir de 22 de Agosto de 2006.

O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

3 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Curriculum vitae

Miguel de Mascarenhas de Calheiros Vellozo nasceu em 27 de Fevereiro de 1959, em Lisboa, e é licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

Aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 18 de Março de 1983.

Adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 14 de Novembro de 1984.

Secretário de embaixada, em 26 de Agosto de 1987; cônsul em Vancouver, em 30 de Julho de 1989.

Na Secretaria de Estado, em 10 de Setembro de 1994, como chefe de divisão na Direcção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais em 29 de Dezembro do mesmo ano; no Instituto de Cooperação Portuguesa em Julho de 1996 como chefe de divisão na Direcção de Serviços da Coordenação Geográfica.

Conselheiro de embaixada em 18 de Agosto de 1997; cônsul-geral em Toulouse, em 19 de Janeiro de 1998; cônsul-geral em Goa, em 19 de Agosto de 2002.

Na Secretaria de Estado em 14 de Setembro de 2004 como director de serviços do Médio Oriente e Magrebe da Direcção-Geral das Relações Bilaterais.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Europeus**Despacho n.º 22 638/2006**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a licenciada Marta

Sofia Martins dos Santos Dias das suas funções de assessora no meu Gabinete, com efeitos a partir de 8 de Outubro de 2006.

8 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 22 639/2006

Ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de Junho, e no n.º 5 do mapa anexo à Portaria n.º 640/2006, de 26 de Junho;

Por designação do Ministro da Economia e da Inovação:

Nos termos da alínea a) do n.º 3 do despacho n.º 17 893/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 5 de Setembro de 2006, requisito pelo período de três anos a técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Relações Económicas Internacionais do Ministério da Economia e da Inovação Dr.ª Susana Isabel Marques de Aguiar Mendonça para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de conselheira técnica na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006, indo ocupar a vaga resultante da cessação de funções da Dr.ª Maria do Rosário Prata.

Os encargos resultantes da presente requisição serão inteiramente suportados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

16 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 22 640/2006

Adelino Vieira da Cunha da Silva, primeiro-secretário de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 13 de Outubro de 2006 nomeando-o chefe de divisão II da Direcção de Serviços das Organizações de Segurança e Defesa da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 22 641/2006

Carlos Manuel Durrant Pais, ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 23 de Outubro de 2006 nomeando-o para, em comissão de serviço, exercer o cargo de representante permanente de Portugal no Comité Político e de Segurança na Representação Permanente junto da União Europeia. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Outubro de 2006. — O Director, *Renato Marques*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Instituto de Informática

Despacho n.º 22 642/2006

1 — Por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 26 de Julho de 2006, no *Correio da Manhã* de 29 de Julho de 2006 e na bolsa de emprego público, publicitou o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública o procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau chefe de Projectos dos Produtos de Aforro, da 3.ª Direcção de Sistemas de Informação (DSI3), dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Constituído o júri nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da lei supramencionada, este elaborou a proposta de nomeação, fundamentando-a na reconhecida aptidão do candidato Rogério Paulo Rodrigues da Costa para o preenchimento do lugar posto a concurso. Esta nomeação baseou-se na aplicação dos métodos de selecção ao cur-

riculo apresentado, bem como na entrevista pública, que teve em consideração a apresentação dos pontos principais do respectivo currículo, do qual se publica a seguir síntese ilustrativa.

3 — Pelo exposto, o júri considerou que as razões pelas quais propõe a nomeação do candidato referido no n.º 2 são as seguintes:

Experiência profissional, sentido de inovação, de motivação e conhecimento técnico aprofundado da área e do projecto produtos de aforro.

4 — Assim, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da lei invocada, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, o especialista de informática do grau 3, nível 1, do quadro de pessoal do Instituto de Informática licenciado Rogério Paulo Rodrigues da Costa no cargo de direcção intermédia de 2.º grau chefe de Projectos dos Produtos de Aforro, da 3.ª Direcção de Sistemas de Informação, do quadro de pessoal dirigente do Instituto de Informática.

27 de Setembro de 2006. — O Presidente do Conselho de Direcção, *João Paulo Barata Catarino Tavares*.

Síntese curricular de Rogério Paulo Rodrigues da Costa

Dados biográficos:

Nome — Rogério Paulo Rodrigues da Costa;

Data de nascimento — 6 de Novembro de 1956;

Nacionalidade — portuguesa;

Situação militar — serviço militar cumprido na Escola Militar de Electromecânica (EMEL).

Actividade profissional:

Director de serviços de Recursos Multimédia e de Sistemas de Informação na Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, do Ministério de Educação (2005-2006);

Presidente do conselho consultivo da Editorial do Ministério da Educação (2005-2006);

Chefe de projectos na área de administração de sistemas e bases de dados e na área de gestão de operações no Instituto de Informática do Ministério das Finanças (2002-2005);

Coordenador técnico na implementação do Serviço Público Directo — plataforma para a prestação electrónica de serviços pela Administração Pública que disponibilizou, através da Internet, a requisição e pagamento de certidões do registo civil, comercial e predial. Integra actualmente o Portal do Cidadão;

Consultor-coordenador no Secretariado para a Modernização Administrativa (1995-2001);

Técnico superior de informática do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças (1992-1995);

Professor efectivo do 10.º grupo-A nas Escolas Secundárias de Sacavém, Olivais n.º 3 e Gil Vicente (1989-1992);

Almoxarife do quadro de pessoal do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (1980-1989).

Formação académica e profissional:

Mestrando em Gestão e Administração Pública no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Seminário de alta direcção para dirigentes da Administração Pública;

Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com média final de 15 valores.

Informação adicional:

Vogal da direcção da itSMF Portugal (Associação Portuguesa de Gestores de Serviços de Tecnologias de Informação);

Sócio fundador da APDSI (Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação);

Integrou o grupo de trabalho para o *e-government*, constituído pela União Europeia, para acompanhamento dos desenvolvimentos na área das administrações públicas dos diferentes Estados membros;

Membro do júri do Prémio Descartes, instituído pelo Instituto Nacional de Administração e pelo Instituto de Informática do Ministério das Finanças (1998-2001);

Membro da unidade de gestão do PROFAP (1998-1999);

Formador certificado pelo IIEFP; tem exercido actividade de formação em diversas instituições públicas e privadas na área dos sistemas e tecnologias de informação;

Conferencista em diversos eventos nacionais e estrangeiros, designadamente nas temáticas suscitadas pela emergência da sociedade da informação nas áreas que envolvem o Estado e a Administração Pública;

Louvor público pelo espírito de serviço público, de dedicação e de iniciativa demonstrados (2001).